



PARECER JURÍDICO

1º ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 20210130 e 20240059 - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2023, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPANIM/PA., PARA REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS E LOGRADOUROS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL - POSSIBILIDADE.

I - RELATÓRIO:

Tratam os presentes autos encaminhados a esta procuradoria jurídica nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei nº 8666/93 objetivando análise do pedido de termo aditivo para 1ª aditivo de quantidade no percentual de 25% do contrato administrativo nº 20240059, firmado com a licitante AMORIN SERVIÇOS LTDA, uma vez que há a necessidade da administração pública municipal em continuar utilizando os itens objeto do referido contrato considerando vez que ainda há saldo para suportar o período do aditivo solicitado.

É o relatório, passo a OPINAR.

II - PARECER:

Analisando os autos, verifica-se que mesmo versa sobre pedido de termo aditivo para aumento de quantitativo do contrato administrativo nº 20240059, no percentual de 25%, uma vez que o saldo existente será insuficiente para suprir a demanda de serviços, tendo em vista necessidade da administração



municipal em continuar com a prestação dos serviços de locação e prestação dos serviços.

O art. 65 da Lei Federal 8.666/93 admite a modificação dos contratos administrativos, conforme podemos notar da leitura dos dispositivos legais citados abaixo:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo das partes:

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

Entretanto, deve-se salientar que o § 1º menciona uma limitação a esta possibilidade, vejamos:

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (...).

No caso em tela, verifica-se que o presente aditivo compreende 25% do valor original pactuado, e considerando tratar-se de primeiro aditamento de quantidade, o mesmo encontra-se dentro do limite previsto no § 1º II do Art.65 da Lei 8.666 de 1993.

Assim, o a prestação dos serviços por ser de natureza contínua e não havendo qualquer impedimento legal para o aditamento em questão, e estando o mesmo dentro dos limites de 25% previsto no §1º do citado artigo, não há impedimento para a formalização do mesmo.



O procedimento solicitado, restringe-se a prorrogação apenas de quantitativo, estando devidamente amparado no art. 65 e parágrafos da Lei 8.666/93.

Ato continuo, observo que o contrato encontra-se vigente, situação que também permite aditá-lo.

Nota-se também que o contrato está sendo cumprido sem qualquer prejuízo à Administração, uma vez que até a presente data não foi certificado pelo fiscal do contrato qualquer irregularidade ou suspensão da prestação do serviço objeto do contrato firmado.

III - CONCLUSÃO:

Sendo assim, observado o prazo de vigência do aditamento contratual, bem como a justificativa apresentada, opino pela possibilidade de realização do aditivo requerido, vez que, a situação concreta está devidamente justificada, nos termos do art. 65, II, “b” da Lei 8.666 de 1993, devendo o mesmo se dar nos limites legais determinados pela lei de regência.

A minuta do contrato encontra-se adequada.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Marapanim/PA., 22 de março de 2024.

GABRIEL SOUZA
Procurador Jurídico